

A inserção do esporte no ministério da cidadania: análise das opiniões sobre o “fim” do ministério do esporte

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de evidenciar, por meio da plataforma de interação social Twitter, quais foram as opiniões referentes ao “fim” do Ministério do Esporte. A realização dessa pesquisa justifica-se pois visa contribuir para as discussões relacionadas ao novo contexto esportivo nacional e por compreender que as redes sociais estabelecem lógicas diferenciadas para as discussões e configurações no mundo. Os dados foram obtidos através do levantamento dos tweets publicados na plataforma e da sistematização dos mesmos em categorias de análise. Pode-se evidenciar, que as opiniões referentes ao “fim” do Ministério do Esporte concentraram-se, majoritariamente, em comentários negativos ($f=41,5\%$, $n=44$), sendo estes observados através de manifestações populares ($f=2,83\%$, $n=3$) e manifestações oficiais ($f=3,77\%$, $n=4$). A partir dos dados observados, pode-se identificar que o “fim” do Ministério do Esporte e a inserção do esporte no Ministério da Cidadania apresenta-se em desacordo com a opinião da amostra observada.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Esporte; Educação física

Mayara Torres Ordonhes

Doutoranda em Educação Física
Universidade Federal do Paraná-UFPR
Departamento de Educação Física
Curitiba, Paraná, Brasil
mayaraordonhes@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8014-7923>

Gustavo Elias Zaniol

Mestrando em Educação Física
Universidade Federal do Paraná-UFPR
Departamento de Educação Física
Curitiba, Paraná, Brasil
gustavoeliaszaniol@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5791-5733>

Emilia Devantel Hercules

Doutoranda em Educação Física
Universidade Federal do Paraná-UFPR
Departamento de Educação Física
Curitiba, Paraná, Brasil
emiliahercules36@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3946-182X>

Fernando Renato Cavichioli

Doutor em Educação Física
Universidade Federal do Paraná-UFPR
Departamento de Educação Física
Curitiba, Paraná, Brasil
cavicca@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8925-2420>

The insertion of sport in the ministry of citizenship: analysis of opinions about the “end” of the ministry of sport

ABSTRACT

The aim of this study was to show, through the social interaction platform Twitter, what were the opinions regarding the "end" of the Ministry of Sport. This research is justified because it aims to contribute to discussions related to the new national sports context and to understand that social networks establish different logics for discussions and configurations in the world. Data were obtained by surveying the tweets published on the platform and systematizing them into categories of analysis. It can be evidenced that the opinions regarding the “end” of the Ministry of Sports were mostly concentrated on negative comments ($f=41,5\%$, $n=44$), which were observed through popular manifestations ($f=2,83\%$, $n=3$) and official manifestations ($f=3,77\%$, $n=4$). From the observed data, it can be identified that the “end” of the Ministry of Sport and the insertion of sport in the Ministry of Citizenship is in disagreement with the opinion of the observed sample.

KEYWORDS: Public policy; Sport; Physical education

La inserción del deporte en el ministerio de ciudadanía: análisis de opiniones sobre el “fin” del ministerio de deportes

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue mostrar, a través de la plataforma de interacción social Twitter, cuáles eran las opiniones sobre el "fin" del Ministerio de Deportes. Esta investigación está justificada porque tiene como objetivo contribuir a las discusiones relacionadas con el nuevo contexto deportivo nacional y comprender que las redes sociales establecen diferentes lógicas para las discusiones y configuraciones en el mundo. Los datos se obtuvieron encuestando los tweets publicados en la plataforma y sistematizándolos en categorías de análisis. Se puede evidenciar que las opiniones sobre el "fin" del Ministerio de Deportes se concentraron principalmente en comentarios negativos ($f=41,5\%$, $n=44$), que se observaron a través de manifestaciones populares ($f=2,83\%$, $n=3$) y manifestaciones oficiales ($f=3,77\%$, $n=4$). A partir de los datos observados, se puede identificar que el "fin" del Ministerio del Deporte y la inserción del deporte en el Ministerio de Ciudadanía está en desacuerdo con la opinión de la muestra observada.

PALABRAS-CLAVE: Política pública; Deporte; Educación física

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, vimos o esporte passar por um processo de massificação e profissionalização, transformando-se no fenômeno social, vigoroso e influente que temos hoje (DINIZ, 2017). O expressivo crescimento do movimento esportivo demonstra o poder social dessa atividade, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (Unesco) (DINIZ, 2017). Corroborando com o autor, a partir da Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte¹, a Unesco elegeu o esporte como elemento fundamental dos sistemas educacionais de jovens e crianças, sendo desenvolvido enquanto direito dos mesmos

Nesse enredo, a Constituição Federal de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, reconhece o esporte como direito individual ao “fomentar práticas esportivas formais e não formais como direito de cada um”, sendo este o dever do Estado, estabelecido por meio do art. 217², buscando abranger desta forma, uma intervenção em determinados direitos sociais.

Desde então, nossa legislação esportiva vem sendo construída sobre os alicerces dos princípios e mandamentos da vigente Carta Magna e sob o influxo das demandas dos diferentes grupos de interesse desse segmento e das inquietações manifestadas pela sociedade sobre os rumos do esporte no país (DINIZ, 2017. p. 12)

No âmbito do Governo Federal, Rezende (2018) pontua que, a formação da Secretaria de Desportos durante o Governo de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), rompeu com a prática de encadear o esporte à pasta da educação, sendo o primeiro secretário o ex-jogador de futebol, Arthur Antunes Coimbra (Zico), seguido do também ex-atleta de voleibol, Bernard Rajzman. Depois do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, os assuntos desportivos retornaram para o Ministério da Educação (REZENDE, 2018) durante o governo de Itamar Augusto Cautiero Franco (1992 a 1995).

No início do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998), foi criado o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, com a nomeação de Edson Arantes do Nascimento (Pelé), para exercício do cargo (REZENDE, 2018). Já no início do segundo mandato de FHC (1999 a 2003), de acordo com Rezende (2018), criou-se o então chamado Ministério do Esporte e Turismo.

De acordo com Bueno (2008), a passagem do governo FHC para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), houve a possibilidade de supressão do antigo Ministério do Esporte e

¹ Publicada pela primeira vez no ano de 1978 com o nome de Carta Internacional da Educação Física e do Desporto.

² Estabelece os princípios constitucionais do esporte, como a autonomia gerencial de clubes e federações e a prioridade de repasses de recursos públicos para o desporto educacional.

Turismo, sendo que, o turismo seria realocado para o Ministério do Desenvolvimento e o esporte para o Ministério da Juventude, Lazer e Esporte. Cogitou-se, também, a criação de uma Agência Nacional para o Esporte nos moldes das demais agências, o que não inviabilizaria a existência de um ministério com pastas divididas, como já vinha ocorrendo (STAREPRAVO, MEZZADRI, MARCHI JUNIOR, 2015).

Em 2003 operou-se a separação das pastas, quando a estrutura do Governo Federal passa a contar com um exclusivo Ministério do Esporte (REZENDE, 2018). Segundo Starepravo, Mezzadri e Marchi Junior (2015), as políticas deste governo visavam estabelecer o “status” de Ministério do Esporte permanentemente, evidenciando supostamente a importância para esse campo.

A estrutura administrativa do Ministério do Esporte, criada a partir da Medida Provisória n. 103, de 1º de janeiro de 2003 (BRASIL, 2008), organizou-se dentro das manifestações esportivas reconhecidas pela legislação vigente no momento. De acordo com Starepravo, Mezzadri e Marchi Junior (2015), observou-se um foco direcionado ao esporte de rendimento, aos megaeventos esportivos e ao futebol, a partir do Governo de Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016), em detrimento às demais manifestações.

A missão do Ministério do Esporte, desde sua criação está em “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais aos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (BRASIL; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2005). São objetivos para o esporte nessas condições:

Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
Promover a construção e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente.
Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer.
Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.
Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva (BRASIL; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2005).

O Ministério do Esporte ainda perdurou durante o Governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016 a 2019), até o estabelecimento dessa realocação em subordinação a outro Ministério pelo atual Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 até a presente realização da pesquisa), tornando-o Secretaria dentro do Ministério da Cidadania. Fato que se deu a partir do decreto-lei nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, o qual delimita o Ministério da Cidadania como responsável pelas

medidas em relação aos “extintos” Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário, do Esporte e da Cultura:

Art. 1º do Ministério da Cidadania, órgão de administração direta, tem como áreas de competência:

XX – Política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;

XXI – Intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados à promoção do esporte;

XXII – Estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;

XXIII – Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e de inclusão social por intermédio do esporte (BRASIL, 2019).

Dentro de sua estrutura organizacional, estabelecida pelo art. 2º do decreto-lei nº 9.674, as manifestações esportivas nacionais passam a ser geridas pela Secretaria Especial do Esporte, possuindo como novos objetivos:

I – Assessorar o Ministro na supervisão e coordenação da política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;

II – Promover o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;

III – Promover o intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados à promoção do esporte; e

IV – Assessorar o Ministro do planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e de inclusão social por intermédio do esporte (BRASIL, 2019).

Essas novas perspectivas de atuação frente essas áreas repercutiram em diversas mídias sociais, entre elas a Televisão, o Rádio, o Instagram, o *Facebook* e o *Twitter*. De acordo com Vergeer (2017), algumas mídias conseguiram atrair diversos usuários em escala global para as suas plataformas com as propostas de interação social e compartilhamento de ações. Ressalta-se, que essas redes sociais possuem um ambiente favorável à interação entre seus usuários, incentivando o debate; a troca de ideias; a criação de vínculos entre indivíduos e entidades (PENTEADO, SANTOS, ARAÚJO, 2014).

A rede social *Twitter* consiste em um serviço de *microblogging* livre, que possibilita os usuários publicarem estes *tweets*, de diversas formas. Além disso, os autores ressaltam que como essa plataforma permite a propagação em tempo real das informações entre os usuários, ela acaba se tornando um ambiente ideal para a disseminação de notícias de última hora diretamente da fonte da notícia e/ou do ponto de interesse geográfico (BASTOS, RAIMUNDO, TRAVITSKI, 2013), valendo ressaltar que, consoante a Vergeer (2017), devido ao tamanho dos países e às diferentes culturas, os padrões de uso da rede social acabam se modificando.

Pode-se observar diversas opiniões públicas divulgadas no *Twitter* a respeito de diversos assuntos, como, por exemplo, o caso brasileiro relacionado ao fim do Ministério do Esporte, que, ao se transformar em uma Secretaria Especial dentro do Ministério da Cidadania, possibilitou a emergência de diversos discursos, que podem auxiliar no debate deste novo contexto ao qual o esporte nacional se encontra tangenciado. Vale reiterar que, o *Twitter*, de acordo com Maclean *et al.* (2013), oferece diversas oportunidades que antes não eram disponíveis, como a possibilidade de usar esta plataforma como uma ferramenta de avaliação crítica.

Deste modo, o objetivo da presente pesquisa é evidenciar, por meio da plataforma de interação social *Twitter*, quais foram as opiniões referentes ao “fim” do Ministério do Esporte. A realização dessa pesquisa justifica-se pois visa contribuir para as discussões relacionadas ao novo contexto esportivo nacional e por compreender que as redes sociais estabelecem logics diferenciadas para as discussões e configurações no mundo. Isso porque no Brasil, 78% dos usuários de internet estão em alguma rede social (CETIC, 2016), sendo que em 2016, o país foi considerado o maior usuário de redes sociais na América Latina (FORBES, 2016), sendo característico a participação e o compartilhamento de informações em grupos que partilham de mesmos interesses (JAVA *et al.*, 2007).

METODOLOGIA

Desenho do Estudo

O presente estudo caracteriza-se por qualitativo e utilizou-se de pesquisa documental para obtenção de dados (GIL, 2008; MINAYO, 2009). O mecanismo de busca utilizado foi a plataforma de interação social *Twitter*.

Os dados referentes à aceitação da população foram obtidos através do levantamento dos *tweets* publicados na plataforma. Os *tweets* consistem em mensagens curtas, de no máximo 140 caracteres, neles os usuários podem escrever e publicar de forma livre.

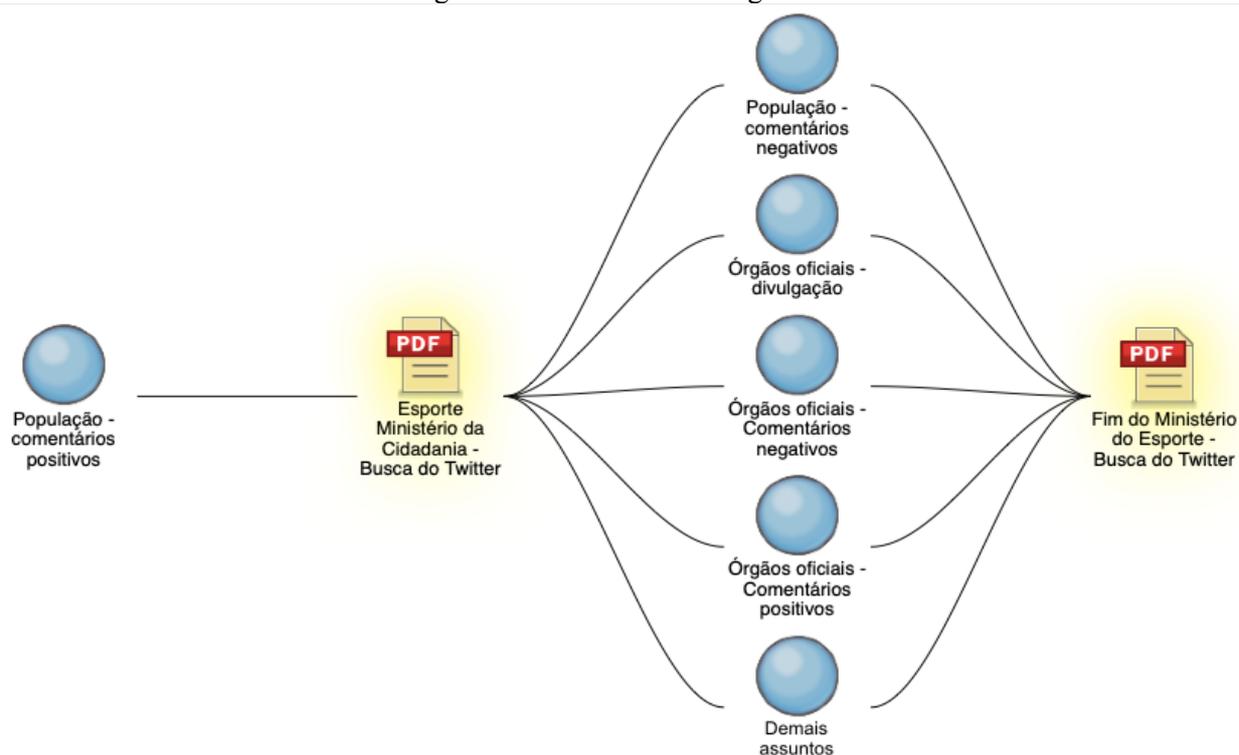
Para realizar o levantamento dos dados, foram estabelecidos dois descritores de busca com o intuito de filtrar o conteúdo: Esporte Ministério da Cidadania e Fim do Ministério do Esporte. Não foi estabelecido um recorte temporal para a realização da pesquisa, logo, foram selecionados todos os *tweets* relacionados com os descritores até o ano de 2019.

Após a realização do levantamento de dados, estes foram exportados para a plataforma e inseridos no *software* de análises qualitativas *NVivo - QSR International (versão 12)*, para realizar a ordenação dos dados e o estabelecimento de categorias de análises.

Análise dos dados

Após a inserção dos dados no *software NVivo - QSR International (versão 12)*, os *tweets* foram analisados na íntegra e sistematizados em categorias de análise. Estas categorias foram estabelecidas a partir dos assuntos recorrentes entre as publicações.

Figura 1 – Descritores e categorias



Fonte: os autores (2019)

O número total de *tweets* analisados foi de 106, sendo: Esporte Ministério da Cidadania ($f=45,29\%$, $n=48$) e Fim do Ministério do Esporte ($f=54,71\%$, $n=58$). Dessa forma, foi possível identificar as seguintes categorias: população – comentários negativos ($f=35,84\%$, $n=38$), população – comentários positivos ($f=2,83\%$, $n=3$), órgãos oficiais – divulgação ($f=15,09\%$, $n=16$), órgãos oficiais – comentários negativos ($f=5,66\%$, $n=6$), órgãos oficiais – comentários positivos ($f=3,77\%$, $n=4$), demais assuntos ($f=36,79\%$, $n=39$).

Após a sistematização dos dados em categorias, estas foram analisadas visando responder os objetivos propostos pelo presente estudo.

RESULTADOS

Na visão geral, observa-se que a maior parte dos comentários dos tweets correspondem a uma diversidade de elementos. A figura 2 apresenta a nuvem das palavras que mais apareceram em toda a análise.

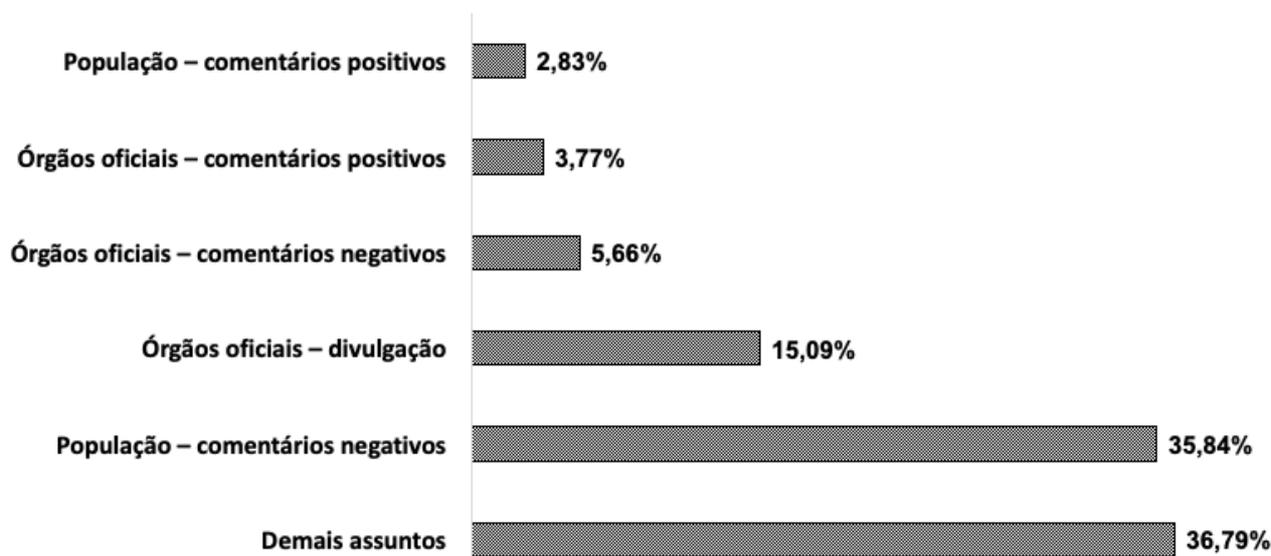
Figura 2 – Nuvem de palavras mais recorrentes nos *tweets*



Fonte: os autores (2019)

Pode-se observar tweets com conteúdo agressivos, ofensivos e hostis que se referenciam a questões éticas e de moralidade social. Sendo classificados nessa categoria aqueles tweets que descrevem movimentos diversos que se relacionam ao esporte e as suas configurações na atualidade. A figura 3 apresenta as categorias sistematizadas a partir da análise.

Figura 3 - Categorias identificadas no software Nvivo por percentual



Fonte: os autores (2019)

Tratando nas especificidades de cada categoria, observa-se que “comentários negativos” se sobressaem frente as demais categorias, isso porque nela encontram-se a maioria das designações sobre os descritores e evidenciam um certo descontentamento da população frente a temática de inclusão da questão do esporte junto ao Ministério da Cidadania.

O Ministério da Cidadania é uma pasta desconjuntada: fundiu Cultura, Esporte e Des. Social, campos ultra-especializados que deveriam continuar ministérios à parte. Em sabatina da Com. de Cultura, o Ministro Osmar Terra “ñ” conseguiu fazer a relação dessas áreas. O país inteiro perde. (REFERÊNCIA 5 - COBERTURA 1.02%).

Descontentamento “c/” pasta de esportes é geral. Pouco se fez ou produziu. Detalhe técnico é “q” existem várias pessoas “q” estão trabalhando mesmo antes de serem nomeadas. Este que vos escreve havia relatado preocupação com o fim do Ministério do Esporte e ainda me mantenho cético. (REFERÊNCIA 6 - COBERTURA 1.16%).

Há de se considerar os agentes participantes dessa lógica, o movimento estabelecido socialmente frente essas questões e ainda as evidências de que muitos atletas apoiaram a mudança governamental buscando percepções para a modificação no esporte. A partir desse princípio, as relações estão muito mais evidentes e aguçadas, pautando-se em consequências políticas e eleitoreiras.

Com relação aos dados referentes aos órgãos oficiais divulgação ($f=15,09\%$) tratam com especificidade de ações que divulgam ou registram passos ou decisões do Ministério da Cidadania ou ainda referenciam o que está em discussão e as notícias sobre o governo, ministros ou assessorias. Consta nesta perspectiva o olhar do governo em si, direcionando para o que se pretende valorizar e minimizar frente a população. Possuem um caráter informativo e descritivo.

Esporte, cultura e desenvolvimento social agora caminham juntos na construção da cidadania! Saiba mais sobre os projetos e programas da secretaria especial do Esporte do Ministério da Cidadania: esporte.gov.br #EsporteConstróiCidadania. (REFERÊNCIA 6 - COBERTURA 0.92%).

Tais ações configuram mais enquanto possíveis propagandas apesar de serem postadas por uma diversidade de usuários diferentes, na maioria delas, aparecem como chamadas de reportagens que foram replicadas ou editadas pelos usuários da rede social. Além disso, são acompanhados por imagens representativas que podem colaborar para “vender” uma ideia de novas possibilidades.

A percepção que o governo disponibiliza é de que as ações do antigo Ministério do Esporte não serão deixadas para trás, que a atuação será voltada para a cidadania e compensação de direitos, além de garantir que a secretaria manterá projetos e financiamentos anteriores. Na divulgação aparece com efetividade as propostas para o Ministério da Cidadania, mas não referenciam com clareza a operacionalização do esporte em si.

Também estão vinculados aos órgãos oficiais a categoria “comentários negativos” ($f=5,66\%$) que apresentam tweets de mídias como chamadas de reportagens, e comentários e usuários da rede, neles apresentam-se preocupações e questionamentos diretos sobre a atuação do Ministério junto a área do esporte. Demonstra a insatisfação de outras áreas frente a nova configuração. Questiona a qualificação e o enfoque de trabalho, destacando as possíveis discrepâncias entre as temáticas inclusas no Ministério da Cidadania.

O esporte na MP 870/2019, que reestrutura os órgãos do Executivo Federal, é somente a “20ª” função do Ministério da Cidadania. Após 16 anos, a Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte foi extinta junto “c/” a pasta. Perdem-se quadros qualificados, especialidade técnica e memória (REFERÊNCIA 1 - COBERTURA 0.99%).

Desmonte | Fim do Ministério do Esporte leva estados a abolirem secretarias (REFERÊNCIA 1 - COBERTURA 0.40%).

Há destacado as sensações de ameaça as conquistas do antigo ministério, pontua-se muito as comparações de atuação frente a pasta e as declarações do próprio governo. Durante as mudanças fica estabelecido as lógicas de estabelecimento do jogo do poder no que se refere as escolhas para cargos administrativos, técnicos e políticos.

A categoria “órgãos oficiais – comentários positivos” trazem o posicionamento afirmativo do Ministério da Cidadania e acabam por apoiar declaradamente as ações deliberadas, os comentários indicam que não são constituídos retrocessos ou ainda, que o esporte poderá ser tratado como instrumento de fortalecimento da própria cidadania.

Ministério da Cidadania | Para José Martins, secretário especial adjunto da Cultura, o novo ministério irá fazer com que as ações da cultura e do esporte sejam instrumento de fortalecimento e de desenvolvimento da cidadania do povo brasileiro (REFERÊNCIA 1 - COBERTURA 0.97%).

Os dados ainda demonstram frequências menores de pontos positivos, sendo a categoria “população – comentários positivos” ($f=2,83\%$) que reforça apoio as ações e descrevem que as mudanças acabam sendo poucas, (re) localizando apenas para otimizar o número de ministérios.

[...] primeiro “q” a pasta não foi extinta, foi consolidada em um ministério da Cidadania (“q” engloba Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e o Ministério da Cultura) então “n” é q a pauta e o financiamento foram abolidos. Só consolidou num ministério só (REFERÊNCIA 3 - COBERTURA 0.82%).

São expressas enquanto apoio ao discurso estabelecido frente ao esporte. Apesar de minoria, estas acabam sendo uma proposta para a manutenção de programas relacionados à agenda política esportiva.

A categoria relacionada aos demais assuntos ($f=36,79\%$, $n=39$) referem-se à assuntos diversos, que nem sempre estão de acordo com a temática proposta: Fim do Ministério do Esporte e nascimento do Ministério da Cidadania, desta forma, não foram abordadas na presente análise.

DISCUSSÃO

De acordo com Gerbaudo (2018), a mídia social tem fornecido para os indivíduos um canal adequado para apelos populistas, concomitantemente fornecendo canais para expressões individuais e para grupos que antes foram marginalizados, permitindo que eles se expressassem sem a intermediação dos meios de comunicação, porém, dentro da agenda política, parece ter pouco a ver com os interesses das pessoas comuns.

Observa-se que em relação à população, o maior número de comentários publicados na plataforma analisada – no caso o *Twitter* – ocorreu de modo negativo (população – comentários negativos, $f=35,84\%$, $n=38$). Estes comentários majoritariamente negativos podem estar atrelados à uma falta de confiança da população em novas formas de organizações institucionais, ou até mesmo à determinados modelos de opiniões com um caráter de contestação a quaisquer mudanças realizadas pelo atual governo vigente. A maioria dos pesquisadores tem partido do pressuposto de que o engajamento político online possui causas múltiplas, que envolvem valores, atitudes e

recursos materiais e cognitivos (GIBSON E CANTIJOCH, 2013; NORRIS E CURTICE, 2006; RIBEIRO, BORBA E HANSEN, 2016).

A reputação adquirida pelas mídias sociais como a voz das pessoas precisa ser entendida em conexão com as críticas dos principais meios de comunicação (GERBAUDO, 2018), sendo que, a partir delas, determinadas mudanças políticas podem ser realizadas concomitantemente às expectativas de uma determinada parte da população, ligadas, segundo Gerbaudo (2018), a uma nova comunidade política em uma “multidão online” de partidários.

Deste modo, essas respectivas opiniões no *Twitter*, proporcionam espaços de opinião onde as “multidões solitárias”, produzidas pelo hiperindividualismo da sociedade neoliberal puderam competir, a partir do algoritmo da plataforma que focaliza a atenção de pessoas interessadas nesse assunto, em uma gama de opiniões. Em relação ao caso específico analisado, esta gama de opiniões centralizou-se em um descontentamento desses indivíduos em relação ao “fim” do Ministério do Esporte e a sistematização da Secretaria Especial do Esporte, tendo em vista que poucos foram os apontamentos positivos relacionados à esta mudança organizacional ($f=2,83\%$, $n=3$)

Vale ressaltar que no que se refere à idade, os mais jovens, principalmente da faixa etária dos 18 aos 35 anos, tendem a ser mais ativos online (BRUNDIDGE E RICE, 2008; HAFNER-FINK E OBLAK ČRNIČ, 2014; OSER, HOOGHE E MARIEN, 2013; REEDY E WELLS, 2008).

Além desta categoria, outro ponto importante a ser explicitado se refere à categoria relacionada aos órgãos oficiais – divulgação ($f=15,09\%$, $n=16$). Em relação a isto observou-se que os esforços se dão principalmente para divulgar as mudanças, fazendo com que a aceitação seja maior por parte da população.

Tais apontamentos corroboram com os autores Gibson e Cantijoch (2013), Norris e Curtice (2006), Ribeiro, Borba e Hansen (2016), que o engajamento político online pode possuir causas múltiplas. Nesta categoria em específico, as causas referem-se, principalmente, a uma tentativa de argumentação positiva relacionada a esta mudança governamental, principalmente, visando atingir o público alvo destas plataformas, no caso, os mais jovens (BRUNDIDGE E RICE, 2008; HAFNER-FINK E OBLAK ČRNIČ, 2014; OSER, HOOGHE E MARIEN, 2013; REEDY E WELLS, 2008).

Percebeu-se que os comentários negativos advindos dos órgãos oficiais representaram um percentual baixo ($f=5,66\%$, $n=6$) e estes, quando ocorriam, eram provenientes de grupos políticos da oposição do governo atual, ou ainda, órgãos vinculados ao jornalismo esportivo, demonstrando a insatisfação pela extinção do antigo Ministério do Esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos tweets publicados na plataforma de interação social *Twitter*, pode-se evidenciar, que as opiniões referentes ao “fim” do Ministério do Esporte concentraram-se, majoritariamente, em comentários negativos ($f=41,5\%$, $n= 44$), sendo estes observados através de manifestações populares ($f=2,83\%$, $n=3$) e manifestações oficiais ($f=3,77\%$, $n=4$).

A partir dos dados observados, pode-se identificar que o novo contexto esportivo nacional, representado pela junção dos extintos Ministérios do Esporte, Desenvolvimento Social e Agrário e da Cultura – formando o Ministério da Cidadania – apresenta-se em desacordo com a opinião da amostra observada. Ponto este, que merece destaque, tendo em vista que o país foi considerado o maior usuário de redes sociais na América Latina em 2016 (FORBES, 2016) e que, 78% dos usuários de internet no país estão em alguma rede social (CETIC, 2016). Ainda, pontua-se que os *tweets* destacam as sensações de ameaça as conquistas do antigo Ministério do Esporte, comparando-as à atuação frente ao Ministério da Cidadania do atual governo.

A partir dos dados observados, pode-se identificar que o novo contexto esportivo nacional, representado pela junção dos extintos Ministérios do Esporte, Desenvolvimento Social e Agrário e da Cultura – formando o Ministério da Cidadania – apresenta-se em desacordo com a opinião observada. Ponto este, que merece destaque, tendo em vista que o país foi considerado o maior usuário de redes sociais na América Latina em 2016 (FORBES, 2016) e que, 78% dos usuários de internet no país estão em alguma rede social (CETIC, 2016).

A presente pesquisa reconhece que o fato da amostra representar uma única parcela da população brasileira, no caso, os usuários da plataforma de interação social *Twitter*, pode caracterizar uma limitação ao estudo. Desta forma, recomenda-se que a comunidade acadêmica desenvolva outras pesquisas relacionadas à esta temática com uma amplitude amostral maior, contribuindo para as discussões referentes à atual estrutura organizacional político-esportiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Antônio Barros; PIERANTI, Octavio Penna. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007.

BASTOS, Marco Toledo; RAIMUNDO, Rafael Luis Galdini; TRAVITZKI, Rodrigo. Gatekeeping Twitter: message diffusion in political hashtags. **Media, Culture & Society**, v. 35, n. 2, p. 260-270, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9674.htm. Acesso em 06 de jun. de 2019.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Resolução nº 05/Conselho Nacional do Esporte. 14 de jun. de 2005. Disponível em:
www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf. Acesso em 06 de jun. de 2019.

BRUNDIDGE, Jennifer; RICE, Ronald. Political engagement online: do the information rich get richer and like-minded more similar. In: Andrew Chadwick; Philip Howard (orgs.). **The Routledge handbook of internet politics**. London: Routledge. 2008. p. 144-156.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2493>. Acesso em 06 de jun. de 2019.

CENTRO ESPORTIVO VIRTUAL. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 157, terça-feira, p. 128 – 132, 16 de ago. de 2005. Disponível em:
<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4018608.pdf>. Acesso em 06 de jun. de 2019.

DINIZ, Carolina César Ribeiro. **Legislação Sobre o Esporte**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2017. p. 11 – 17. Disponível em:
<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/33679>. Acesso em 06 de jun. de 2019.

GERBAUDO, Paolo. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 5, p. 745-753, 2018.

GIBSON, Rachel; CANTIJOCH, Marta. Conceptualizing and measuring participation in the age of the internet: is online political engagement really different to offline? **The Journal of Politics**, v. 75, n. 3, p. 701-716, 2013

HAFNER-FINK, Mitja.; OBLAK ČRNIČ, Tanja. Digital citizenship as multiple political participation? Predictors of digital political participation in Slovenia. **Teorija in Praksa**. v. 51, n. 6, p. 1284-1303, 2014

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence**. Cambridge University Press, 2005.

JAVA, Akshay et al. Why we twitter: understanding microblogging usage and communities. In: **Proceedings of the 9th WebKDD and 1st SNA-KDD 2007 workshop on Web mining and social network analysis**. ACM, 2007. p. 56-65.

MACLEAN, Fiona et al. Understanding Twitter. **British Journal of Occupational Therapy**, v. 76, n. 6, p. 295-298, 2013.

NORRIS, Pippa; CURTICE, John. If you build a political web site, will they come? The internet and political activism in Britain. **International Journal of Electronic Government Research**, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006

OSER, Jennifer; HOOGHE, Marc; MARIEN, Sofie. Is online participation distinct from offline participation? A latent class analysis of participation types and their stratification. **Political Research Quarterly** v. 66, n. 1, p. 91-101, 2013

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. Democracia, sociedade civil organizada e internet: estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. **Sociologias**, v. 16, n. 36, p. 206-235, 2014.

REEDY, Justin; WELLS, Chris. Information, the internet and direct democracy. In: Andrew Chadwick; Philip N. Howard (orgs.). **The Routledge handbook of internet politics**. London: Routledge, 2008. p. 144-156

REZENDE, José Ricardo. **Ministério do Esporte: Começo, meio e fim? Incentive Projetos**. São Paulo, 08 de dez. de 2018. Disponível em <http://www.incentiveprojetos.com.br/noticias/?url=ministerio-do-esporte-comeco-meio-e-fim>. Acesso em 06 de jun. de 2019.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline Resmini. Participação online e off-line no Brasil: relações e condicionantes. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 4, p. 497-523, 2016

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 2, p. 217-228, 2015.

TUMASJAN, Andranik et al. **Predicting elections with twitter: What 140 characters reveal about political sentiment**. In: Fourth international AAAI conference on weblogs and social media. 2010.

VERGEER, Maurice. Adopting, networking, and communicating on Twitter: A cross-national comparative analysis. **Social Science Computer Review**, v. 35, n. 6, p. 698-712, 2017.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS – Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

A pesquisa não tem conflitos de interesses.

LICENÇA DE USO



Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

HISTÓRICO

Recebido em: 08 de agosto de 2019.

Aprovado em: 17 de setembro de 2019.